

# Indefinidos anafóricos: uma nota sobre processamento da linguagem

Maria Luiza Cunha Lima (UNINCOR)\*  
Edson Françaço (UNICAMP)\*\*

## Resumo

**N**este artigo, discutem-se ocorrências de anáforas realizadas pelo indefinido. Apresentam-se resultados de experimentos de tempo de leitura realizados com essas anáforas, que indicam que o indefinido está intimamente relacionado aos eventos expressos pelas orações (geralmente por verbos finitos). Discutem-se, também, as conseqüências de uma visão processual da linguagem para a compreensão deste fenômeno.

Palavras-chave: Indefinido, Anáfora, Psicolinguística.

## Introdução

A oposição entre artigos definido e indefinido é muitas vezes igualada à oposição entre informação dada e nova, servindo os indefinidos apenas para introduzir novos referentes. A possibilidade de ocorrências anafóricas<sup>1</sup> de

expressões indefinidas é, portanto, ignorada, quando não ativamente negada na maioria das teorias semânticas sobre definitude e sobre o indefinido<sup>2</sup>.

Recentemente, alguns lingüistas textuais como Koch (2002) e Schwarz (2000) apontaram a ocorrência do fenômeno, apesar de não terem oferecido uma análise completa das condições em que ele pode ocorrer. Essas condições têm que ser estabelecidas com certo detalhe já que, por normalmente introduzirem referentes novos, apenas em situações bem específicas os indefinidos podem receber uma leitura anafórica. Em (1), por exemplo, a expressão nominal “*um homem*” é repetida várias vezes, a cada vez retomando um mesmo referente:

- (1) *Leio no jornal a notícia de que **um homem** morreu de fome. **Um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido**, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome. Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos de comerciantes, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome. **Um homem** que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da delegacia da mendicância, especialista em caso de homens que morrem de fome. E o homem morreu de fome. O corpo do homem que morreu de fome foi recolhido ao Instituto Anatômico sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome.*

Cunha Lima (2004) levantou um *corpus* com cerca de 60 exemplos de indefinidos anafóricos retirados da língua escrita (jornais e revistas de grande circulação e textos da literatura brasileira contemporâneos). Nesse trabalho, Cunha Lima (2004) identificou uma grande variedade de tipos de relações entre o indefinido e seu antecedente, que iam da repetição e recategorização até a anáfora associativa. Como resultado desse exame, duas grandes categorias de indefinidos anafóricos foram propostas: (1) eles expressam uma relação meronímica<sup>3</sup> ou (2) uma operação que nomeamos como *identificação de tipo*.

As ocorrências meronímicas são caracterizadas pela existência de algum tipo de relação que não a de retomada (relação parte-todo, por exemplo) entre antecedente e anafórico. Em todos esses casos, o termo anafórico não retoma o antecedente, mas só pode ser interpretado com relação a ele. No caso do indefinido, essas ocorrências se subdividem em três tipos: anáfora partitiva, anáfora associativa e anáfora especificadora.

A anáfora partitiva é realizada quando temos como antecedente um grupo e um elemento desse grupo é posteriormente retomado, como em:

- (2) Um grupo de crianças entrou na sala. **Uma garotinha loira** me entregou uma flor.

A anáfora associativa é caracterizada pela relação de ingrediência, isto

é, o anafórico pode ser visto como uma espécie de ingrediente do antecedente. Por exemplo:

- (3) João machucou a mão. **Um dedo** levou cinco pontos.

São especificadoras as anáforas em que o termo anafórico é um hipônimo ou sub-espécie dos antecedentes, isto é, quando a anáfora serve para delimitar melhor um certo conjunto de possibilidades abertas pelo antecedente, como no exemplo (4):

- (4) *Uma catástrofe ameaça os grandes gorilas da África. **Uma epidemia de Ebola** já matou mais de 300 desses grandes macacos.*

Alguns casos, no entanto, não se conformam a essa classificação, especialmente quando a anáfora se dá por meio de repetição ou recategorização do antecedente. Nestes casos, a análise de *corpus* parece indicar que o indefinido opera principalmente como identificador de um membro de um conjunto não unitário ou, mais precisamente, como identificador de tipo. Contudo, a identificação de tipo é alterada pela presença de outros elementos na sentença, sobretudo a presença de um evento ou de uma ação, expressos normalmente pelo verbo, forçando o estabelecimento de um novo membro do conjunto como referente. Portanto, o mecanismo (qualquer que seja ele) que realiza a anáfora no caso das expressões indefinidas está sujeito a um condicionamento: uma expressão nominal indefinida só é anafórica quando nenhum evento novo é expresso na sentença que a contenha. Toda vez, pois, que um novo evento é expresso, um novo referente é estabelecido. Se não há novo evento, o referente coerente já estabelecido é mantido.

Esse mecanismo parece ser semelhante àquele postulado por Almor (1999) que vê o processamento da anáfora como um processo de otimização baseado no princípio de que o custo do processamento – definido em termos de ativação de informação semântica – tem uma função no discurso, a saber, ou a de identificar o antecedente ou a de acrescentar informação nova. De certa forma, pode-se dizer que opera um mecanismo semelhante ao da máxima de quantidade griceana, i.e., referentes não devem ser multiplicados desnecessariamente. Contudo, essa economia não decorreria de uma observação consciente ou de uma regra explícita do processamento e sim da própria arquitetura da memória de trabalho envolvida no processamento textual. Seguindo a hipótese do autor (e segundo seus resultados experimentais), é natural esperar que o estabelecimento de novos referentes seja mais custoso do ponto de vista do processamento (isto é, demande mais tempo) que manutenção de um referente, principalmente se este já está em foco.

Comparem-se os exemplo (5) e (6) abaixo:

- (5) *Maria consultou uma vidente. **Uma vidente** famosa.*  
(6) *Maria consultou uma vidente. **Uma vidente** apareceu na tv.*

Em (5), a expressão *uma vidente* da segunda oração é claramente co-referencial com a mesma expressão na primeira oração. Já em (6), essa co-referencialidade não pode ser estabelecida – as duas ocorrências da expressão *uma vidente* são referencialmente disjuntas. Em exemplos como (1) acima, a falta de eventos na sentença permite a leitura anafórica da expressão indefinida. Além disso, tanto em (1) quanto em (5) existe uma categorização mais refinada do referente, uma identificação de tipo mais detalhada.

Se essa análise estiver correta, ela traz implicações para a compreensão do indefinido e do processamento de expressões nominais indefinidas. Expressões nominais indefinidas não introduziriam sempre referentes novos, mas teriam como função básica apenas construir seus referentes como membros de um conjunto ou categoria. Se esses referentes devem ser considerados novos ou velhos vai depender de outras propriedades que caracterizam a oração, especialmente dos eventos expressos pelos verbos.

Isso traz conseqüências para as teorias cognitivas da referência, já que introduz uma relação entre verbo e expressões nominais não prevista tradicionalmente. Os modelos tradicionais prevêm que uma expressão nominal receba sua saturação referencial autonomamente, com base em informações armazenadas no componente responsável pelo processamento lexical, o dicionário mental, no qual estariam listadas as condições definidoras do emprego de cada unidade lexical e suas relações lexicais mais próximas. A evidência trazida por Cunha Lima (2004) leva a considerar que as expressões referenciais indefinidas são mapeadas a partir dos eventos em que elas estão envolvidas: o verbo (ou evento), portanto, dá um escopo referencial às expressões nominais indefinidas. O processamento dos dois tipos de informação seria interligado e paralelo.

## 1 O Experimento

Para confirmar essa hipótese, Cunha Lima (2004) realizou um experimento psicolingüístico, que consistiu na medida do tempo de leitura de expressões nominais definidas e indefinidas em pares de frases com um verbo finito. Foram construídos 24 pares de pequenos textos, variando segundo estes parâmetros.

O teste realizado foi o de leitura autocadenciada (*self-paced reading*), que consiste numa medida precisa do tempo de leitura de cada palavra (ou sintagma) de um dado conjunto de textos. Ao sujeito é apresentada uma tela de computador, na qual aparece uma seqüência de hífen representando palavras, como abaixo:

\_\_\_\_\_.

Ao se pressionar a barra de espaços, o primeiro grupo de hífen é substituído pela palavra que lhe corresponde.

lié\_\_\_\_\_.

Na próxima vez em que a barra de espaços é pressionada, a palavra anterior desaparece e a palavra seguinte (que corresponde ao segundo grupo de hífen) a substitui, e assim sucessivamente:

—quia———  
—verdr———  
—sa———  
—bidta———

Como as novas palavras vão sendo apresentadas na medida em que o sujeito as solicita, a passagem de uma palavra à outra, isto é, o tempo de exposição de cada palavra e, conseqüentemente, o ritmo de leitura, é controlado pelo próprio sujeito. O tempo que o sujeito leva para ler cada palavra é dessa forma medido com grande precisão, em milésimos de segundos (ms).

Esse tipo de experimento é muito útil no estudo de tarefas de compreensão de textos e sentenças e largamente utilizado na literatura, apresentando a vantagem de possibilitar o trabalho com textos e sentenças, e não apenas palavras isoladas. Apesar das vantagens, é um teste relativamente pouco sensível já que o tempo medido envolve, além do processamento psicolingüístico, um certo processamento motor posterior, necessário para decidir pressionar a barra de espaços. Por isso, alguns efeitos mais sutis podem não ser registrados pelo teste; por outro lado, qualquer efeito efetivamente registrado pode ser visto como bastante robusto e significativo.

O experimento foi realizado com 36 sujeitos falantes nativos do português, universitários, com idades entre 18 e 35 anos. Além das sentenças experimentais, foram formados 36 pares de textos destinados a “mascarar” os textos que continham anáforas definidas ou indefinidas, disfarçando, assim, o objetivo do teste para os sujeitos. Dezoito dos pares dessas sentenças distratoras eram seguidos por uma pergunta, como ilustra o exemplo abaixo:

- (7) *O músico não pode fazer o concerto. O violão tinha sumido.  
O músico tocava flauta?*

Os sujeitos deveriam responder à pergunta com um sim ou não. As perguntas freqüentemente não tinham uma resposta clara no texto, como acima, parecendo envolver alguma atividade inferencial. A função das perguntas era, além de distrair os sujeitos do objetivo do teste, garantir sua atenção na leitura. Todos os sujeitos relataram acreditar que o objetivo do experimento era investigar as respostas dadas a essas perguntas.

Foi criado ainda um conjunto de 10 pares de sentença como semelhantes às distratoras, seguidas por perguntas, para serem apresentadas aos sujeitos no início do experimento como forma de treinamento para a tarefa. Durante o treinamento o sujeito poderia tirar suas dúvidas e, caso necessário, ele poderia repetir o treinamento. Isso garantia que a parte mecânica da tarefa já estaria aprendida no momento do experimento propriamente dito e o sujeito já estaria habituado a ela.

Após o treinamento, cada sujeito via um conjunto de 42 pares de sentenças, 36 distratoras e 8 experimentais. A ordem de apresentação dessas sentenças era aleatória, para garantir que não houvesse efeitos da ordem de apresentação nos resultados.

## 2. Resultados

Os dados foram tabulados de forma a permitir investigar a evolução dos tempos de leitura. Cada posição das sentenças pode ser analisada separadamente. A posição 1 corresponde sempre à própria expressão definida ou indefinida. A posição 2 corresponde ao verbo. Além das posições 1 e 2, as frases poderiam ter posições 3 e 4, sempre objetos e complementos do verbo. Como as sentenças variavam entre duas e quatro posições, de acordo com sua estrutura sintática, para a apresentação dos resultados foi criada a categoria de posição final que pode, portanto, corresponder ao terceiro ou ao quarto item da sentença. O exemplo abaixo ilustra essa atribuição de um número à posição:

(8) *Joana consultou uma vidente. (1) Uma vidente (2) apareceu (3) na televisão.*

Os resultados tabulados foram submetidos a uma análise de variância (ANOVA), na qual foram investigadas as interações entre a evolução dos tempos de leitura. Os resultados de cada grupo são reproduzidos nas tabelas e figuras abaixo.

Como se vê, na Tabela 1, os tempos de leitura das expressões nominais definidas ou indefinidas (posição 1) são semelhantes (a pequena diferença em favor dos indefinidos não é estaticamente significativa). Já na posição 2, que corresponde ao verbo, os definidos são significativamente mais rápidos. Em outras palavras, um verbo leva mais tempo para ser lido depois de uma expressão indefinida do que de uma definida. Essa diferença parece dever-se a algum trabalho extra realizado no momento da leitura do verbo após o indefinido, presumivelmente um trabalho de re-análise da expressão nominal indefinida e o estabelecimento de um referente novo.

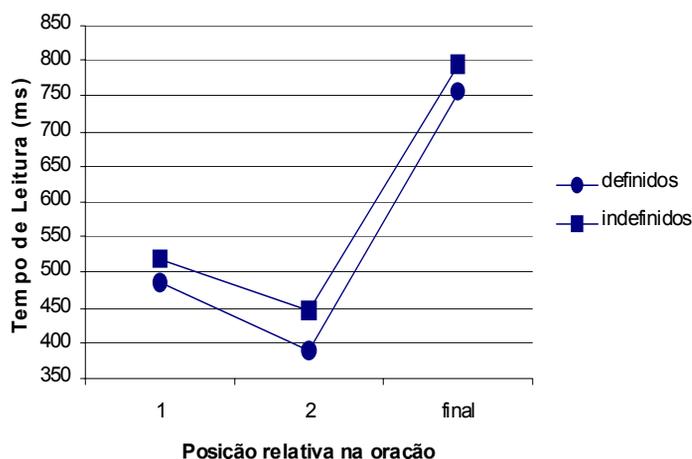
**Tabela 1** Tempos de leitura de definidos e indefinidos em orações com verbo finito

	média	posição 1	posição 2	posição 3	posição final
definidos	528,44	484,13	387,86	684,08	757,2
indefinidos	578,85	519,68	445,67	723,92	795,83
diferença	-50,41	-35,55	-57,81*	-39,84	-38,63

\*p = 0.0092 em  $F_1$  e p = 0.049 em  $F_2$ .

A mesma evolução pode ser vista na Figura 1 a seguir:

**Figura 1** Evolução dos tempos de leitura das orações (com evento) iniciadas por expressões definidas ou indefinidas



Embora os resultados destes testes pareçam corroborar a hipótese de que a expressão de um novo evento, por meio de um verbo finito, está relacionada à introdução de referentes novos para expressões indefinidas, eles ainda não são conclusivos. Um problema a ser abordado com mais detalhe é o nível de ativação de cada referente em cada momento da sentença, isto é, se o referente de uma sentença anterior é realmente reativado quando ocorre um indefinido anafórico. No momento, conduzimos outros experimentos e esperamos lançar mais luz sobre o fenômeno.

### 3 Discussão

Quanto às ocorrências de indefinido anafórico relacionado à presença ou ausência de verbo na frase em que ele ocorre, levantou-se uma objeção extremamente interessante<sup>4</sup>: tratar-se-iam não de casos de anáforas, mas de predicções. Um verbo de ligação (na maioria dos casos, presumivelmente o verbo *ser*) ligaria, na qualidade de predicativo do sujeito, a expressão nominal indefinida a sua ocorrência anterior (que funcionaria como sujeito dessa oração). Por exemplo, se tomarmos as frases:

(9) *Um homem morreu de fome. Um homem pobre.*

A segunda frase teria uma estrutura subjacente do tipo:

(10) *Um homem morreu de fome, o homem era pobre.*

Ou como:

(11) *Um homem morreu de fome, ele (este) era pobre.*

A postulação de um verbo oculto nessa situação parece preservar perfeitamente o caráter não anafórico da expressão indefinida (assim como seu caráter não referencial). Neste caso, o verbo estaria oculto de forma semelhante a tantas outras elipses em português, como nos casos de sujeito oculto, por exemplo, como em:

- (12) *Um homem morreu de fome. Foi enterrado como indigente.*

Além disso, a hipótese diz respeito à suposição (muito razoável) de que parte do processamento da linguagem dever ser “oculto”, isto é, automático e inconsciente, sem marcas visíveis. O que chamamos de indefinido anafórico (nos casos em que a anáfora depende do verbo) seria apenas mais um desses casos. Contra essa hipótese, podemos levantar alguns argumentos. Primeiro, não parece fácil inserir o verbo em alguns dos exemplos atestados, pois essa inserção parece depender de um processamento muito complexo, que, mesmo assim, nem sempre parece possível, como no exemplo abaixo:

- (13) *Alguns hotéis brasileiros imitam os americanos e deixam uma Bíblia no quarto, e ela tem sido minha salvação, embora não no modo pretendido. **Nada como um best-seller numa hora dessas.***

A expressão *um best-seller* retoma claramente a Bíblia neste exemplo, isto é, a Bíblia é o best-seller em questão. É muito difícil imaginar como o verbo poderia estar oculto aí. Algo como: *Nada como a Bíblia, que é um best-seller, numa hora dessas*, parece muito artificial. Porém, a dificuldade de ver como o verbo estaria oculto é um argumento fraco, não há porque exigir que a sentença tenha que ser exatamente traduzível em outra para que a estrutura oculta exista. Embora essa tradução seja altamente desejável, já que quando a operação de tradução é muito difícil ou impossível, o processamento inconsciente dessa “tradução” pode ser considerado extremamente improvável, não se pode afirmar que este processamento seja impossível.

Pode-se alegar ainda que, neste exemplo acima, a expressão nominal indefinida “um best-seller” funciona de maneira semelhante à expressão *um uísque*, no exemplo abaixo:

- (14) *Alguns hotéis brasileiros imitam os americanos e deixam uma Bíblia no quarto, e ela tem sido minha salvação, embora não no modo pretendido. **Nada como um uísque numa hora dessas.***

Neste exemplo, *um uísque* é interpretável, mas claramente não anafórico. De fato, o exemplo não apresenta problemas, ou seja, em casos como esses expressões nominais indefinidas não precisam ser anafóricas. Se não há anáfora, não é preciso postular um verbo oculto para explicar essa ocorrência em particular, o que não invalida a necessidade desse verbo em muitas outras ocorrências daquilo que chamamos de indefinido anafórico.

A possibilidade de uma expressão nominal indefinida aparecer nessa situação, no entanto, não invalida o fato de que, no exemplo original (o da

Bíblia), a expressão nominal *um best-seller*, remete de fato à Bíblia, em claro contraste com *um uísque*, que está sendo introduzido pela primeira vez nessa cadeia referencial. No caso do exemplo com *um uísque*, a coesão é mantida devido a uma segunda anáfora, presente em ambas as versões do exemplo: a expressão *numa hora dessas*. O dêitico *dessas*, pode ser interpretado de maneiras diferentes em cada versão do exemplo. O personagem da narrativa encontra-se angustiado em um hotel, sem ter o que ler (já que ele é viciado em leitura) – no exemplo original, a Bíblia resolve a sede de leitura, e, no exemplo modificado, o uísque ajuda a administrar a angústia do personagem.

Enfim, enquanto no exemplo original existe uma anáfora por indefinido além de uma outra (*uma hora dessas*), no exemplo modificado apenas a segunda anáfora persiste. O fato de a expressão ser convencional não impede, nem determina, a leitura anafórica do indefinido.

Levantamos, ainda, uma outra objeção à hipótese da existência de um verbo oculto que diz respeito ao processamento psicolinguístico. Modifiquemos, então, um pouco o exemplo anterior, da seguinte forma:

(15) *Um homem morreu de fome. Uma morte trágica.*

A expressão nominal indefinida “Uma morte trágica” refere-se, anaforicamente, a todo o fato relatado na primeira oração, rotulando-o ou encapsulando-o. Se houvesse um verbo oculto, teríamos algo como:

(16) *Um homem morreu de fome. Essa foi uma morte trágica.*

O sujeito da segunda oração *essa* teria que ser interpretado anaforicamente como se referindo à morte por fome expressa na primeira oração. Comparemos então:

(17) *Um homem morreu de fome. Uma morte trágica.*

Um homem morreu de fome. A morte (esta) foi uma morte trágica.

(18) *Um homem morreu de fome. Um homem pobre.*

*Um homem morreu de fome. O homem (ele, este) era pobre.*

Imaginemos que a primeira sentença de cada par seja (inconscientemente) processada da forma explicitada pela segunda sentença. Como é possível estabelecermos (no processo de compreensão das sentenças, como ouvintes ou leitores) os referentes “a morte” ou o “homem”? A resposta é muito clara: nós interpretamos as expressões nominais definidas como anafóricas e podemos, a partir disso, inserir o verbo e o seu sujeito. Isto é, do ponto de vista da compreensão, pelo menos, a interpretação da anáfora é um passo indispensável, necessário, para uma possível introdução de um verbo. Apenas após a interpretação anafórica é possível imaginar um verbo e seu sujeito. Isso fica claro nos exemplos comparados acima, já que os sujeitos construídos variam em função das interpretações, anafóricas, das expressões nominais indefinidas.

A pergunta que se segue é: qual a função desse verbo? Porque, uma vez que a interpretação já está completa corretamente no momento da interpretação da expressão nominal indefinida, seria necessário o processamento desse verbo? Pelo princípio de economia do processamento, é natural considerar que o processo desnecessário do ponto de vista sintático e semântico simplesmente não teria que acontecer.

Além disso, de uma forma ou de outra, acontece uma leitura anafórica indispensável das expressões nominais indefinidas em casos como esse, seja ou não seguida pela introdução de um verbo. Por outro lado, se o verbo fosse introduzido em outra posição, a leitura anafórica seria completamente cancelada; veja-se o exemplo abaixo em que, no segundo par de orações, a expressão nominal indefinida *um homem* não pode ser interpretada como anafórica e, neste caso, parece introduzir um referente novo, o que confirma a hipótese.

- (19) *Um homem morreu de fome. Um homem pobre.*  
*Um homem morreu de fome. Um homem era pobre.*

Resta ainda a necessidade de analisar a situação em que o verbo aparece, mas o sujeito é omitido, como em:

- (20) *Um homem morreu de fome. Era um homem pobre.*

Neste caso (muito comum), o sujeito oculto refere-se ao homem e a expressão *um homem pobre* é claramente predicativo do sujeito. No entanto, neste caso, o verbo está presente e existe, efetivamente, um lugar vazio a ser preenchido em sua grade argumental, a posição de sujeito. A determinação de quem seria o sujeito é dependente da leitura de todo resto da sentença, mas a introdução de uma posição estrutural para ele é necessária para que o processamento sintático dessa sentença seja completado. O mesmo não acontece com as frases em que apenas a expressão nominal aparece. Nesse caso, não parece haver como postular que o *parser* (o processador sintático) cria *ex nihilo* uma estrutura complexa em que há um sujeito e um verbo elípticos e em que a expressão nominal lida é um predicativo – como o processamento sintático é incremental, mais razoável seria supor que o *parser* inicialmente atribui à expressão lida uma posição alta na estrutura da sentença<sup>5</sup>.

Nossa hipótese, na verdade, não depende de a expressão nominal indefinida em frases nominais ou em orações relativas estar completa sintaticamente ou semanticamente. Em vez disso, postulamos que a expressão nominal indefinida tem uma relação com o verbo do qual ela é argumento (quer na função de sujeito, quer de objeto), isto é, ela permanece “mapeada” em relação ao verbo (ou, melhor, aos eventos expressos semanticamente pelo verbo). Quando um novo evento (geralmente através de um verbo finito) é introduzido, a expressão nominal indefinida passa a ter um referente novo relacionado ao novo evento.

Essa hipótese recebe um reforço a partir de trabalhos como os de De Goede et al. (2004), que obtiveram resultados experimentais indicando que cada verbo permanece muito ativo na memória dos leitores até o momento que

um novo verbo é introduzido no discurso; a partir desse momento, o verbo anterior experimenta um forte declínio em seu nível de ativação. Esses resultados contrariam a expectativa de que, ao final de cada sentença sintaticamente completa, haveria um reinício do processamento sintático e semântico, estando as sentenças anteriores armazenadas apenas num nível (ou módulo) pragmático ou textual. O interessante dos dados trazidos à tona por esse trabalho é que não é qualquer componente da sentença anterior que permanece ativado, apenas o verbo; sujeitos e objetos logo perdem sua ativação. A manutenção da ativação do verbo reforça a plausibilidade da hipótese de que as expressões nominais indefinidas mantenham uma relação com o verbo mesmo fora da sentença onde ele apareceu.

#### 4. Considerações finais

As análises lingüísticas e os resultados do experimento psicolingüístico aqui relatados encontram sua melhor interpretação numa perspectiva que toma a linguagem como processo e não apenas como produto (CLARK, 1996). Isto é, assumimos uma abordagem que leva em conta o processamento real (em tempo real) da linguagem e abandonamos a visão que procura apenas identificar estruturas, sem se interessar por temas como ordem de processamento, memória e atenção entre outros. Se tomarmos uma perspectiva sobretudo estrutural não será difícil postular a presença de qualquer elemento ausente numa estrutura sintática previamente estabelecida, não sendo pertinente a questão sobre como esse elemento é introduzido na estrutura. Quando nos ocupamos do processamento, fica claro que aspectos relacionados, por exemplo, à ordem com que os elementos são ou podem ser processados altera o quadro daquilo que podemos postular.

#### Abstract

In this paper we discuss occurrences of indefinite anaphors and describe a self-paced reading experiment that aimed to investigate this phenomenon. The results seem to indicate that indefinite expressions are deeply correlated with the verb (specially finite verbs) of the sentences. We also discuss the consequences of our findings to the study of language in general.

keywords: Indefinites, Anaphors, Psycholinguistics.

#### Notas

- \* Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações.  
- Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- <sup>1</sup> Anáfora é compreendida aqui segundo as teorias de referenciação e a Lingüística Textual. Chamamos anafórico qualquer expressão cuja saturação referencial dependa de informações anteriores do texto. Kleiber, 2001; Corbin, 1987; Chierchia, 2003; Fauconnier, 1994, são apenas alguns dos autores que negam que o indefinido possa funcionar como anafórico.
- <sup>3</sup> O tipo partitivo foi o único sobre o qual encontramos algumas discussão na literatura; ver kleiber (2001).
- <sup>4</sup> Agradecemos a Rodolfo Ilari (comunicação pessoal) que levantou essa hipótese engenhosa.
- <sup>5</sup> Sobre a incrementalidade e atribuição de estrutura no processamento sintático, ver, por exemplo, Garret (1990).

## Referências bibliográficas

- ALMOR, A. *Noun-phrase anaphora and focus: The informational load hypothesis*. *Psychological Review*, 106, 1999, 748-765.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- CLARK, H. H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CORBLIN, Francis. *Indéfini, défini et démonstratif. Constructions linguistiques de la référénc.*, Genebra: Droz, 1987.
- CUNHA LIMA, M. L.. *Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência*. 2004. Tese (Doutorado em Lingüística) – Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- DE GOEDE, D et al. The Time Course of Verb Processing in Dutch Sentences. . Proceedings of the 26th Annual Meeting of the Cognitive Science Society. Chicago, IL, Westin River North Hotel 2004.p. 96.
- FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- GARRET, M.F. Sentence processing. In.: Osherson, D.N & Lasnick, H. *An Invitation to Cognitive Science*, Vol. 1: Language. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990.
- KLEIBER, G. *L'anaphore Associative*. Paris: PUF, 2001.
- KOCH, Ingedore. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NADIG, A.; SEDIVY, J. ;SOBEL, D. Bridging definite and indefinite referring expressions to discourse: A developmental view. *Proceedings of the The Sixteenth Annual CUNY - Conference on Human Sentence Processing*. Boston, MA: Northwestern University, 2003. p. 96.
- SCHWARZ, M. *Indire kte Anaphern in Texten: Studien zur domägen bundenen Referenz und Kohärenz in Deustchen*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2000.